



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | Nº. 12 | Ano 2023

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Alexandre António Timbane
Ivaldo Marciano de F. Lima
Rodrigo Castro Rezende

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

EDITORIAL - Segurando as pontas: História da África como ciência

Certa vez um grupo de discentes indagou-me a respeito das questões relacionadas ao modo como compreendo o continente africano, seus povos, eventos e fenômenos. Diziam eles que eu deveria lhes ensinar a lutar pela África, em prol dos negros, também precisava mostrar ao mundo que o continente africano era superior aos europeus e seus habitantes. Estes mesmos jovens proferiam termos que pouco ou nada diziam respeito à África, seus povos, culturas, línguas, práticas e costumes. Termos como tribos, guerras étnicas, reinos, grupos étnicos, religiosidade, magia, dentre outros, não constituem conceitos que permitam compreender, ao menos de modo direto, os muitos constructos existentes entre os homens e mulheres que habitam o continente africano, dispostos nas suas mais diversas espacialidades. O uso desses termos deve, portanto, ser adaptado às realidades e especificidades das muitas espacialidades de África.

Além disso, os discentes insistiam em pautar o entendimento de África por questões alusivas ao Brasil, a exemplo de conceitos como “Religião de Matriz Africana”, “Comida e Cultura Africana”, dentre outros aspectos. Às vezes, eu me movia no sentido de tentar discutir com eles as diferenças entre a representação (que está muito longe de ser uma mentira ou farsa) e as efetividades, que podem aqui, a grosso modo, ser nomeadas como aquilo de fato existente na diversidade do que muitos acreditam ser uma África homogênea.

Aliás, por qual motivo há esta associação tão natural entre o que no Brasil nomeamos por negros e o continente africano? É possível, ainda neste aspecto, dividir os brasileiros em dois grupos, no caso, brancos e negros? Seria este também um modo natural de compreender África? É possível afirmar, de modo irrefutável, que os homens e mulheres de África se reconhecem

pela cor de sua pele e seus corpos, sendo então definidos pelo que podemos aqui referir como “equipamentos biológicos?” Além disso, podemos crer que há um único modo de se reconhecer/entender enquanto indivíduo nos diversos países africanos? Ou seja, é plausível crer em uma identidade comum para todos estes povos? Seriam os homens e mulheres deste continente dotados de um destino comum, definidos pela natureza que os legou à uma condição una, e, por conseguinte, aceita por todos os povos, espalhados nos mais de cinquenta países existentes no continente? Muitas questões...

Antes de mais nada, por qual razão eu deveria ensinar alguém a lutar em prol da África? Os homens e mulheres deste continente não possuem a capacidade de protagonizar sua própria história? Necessitam mesmo que outros os defendam neste sentido? Pensar desta forma não é retirar a condição de protagonismo daqueles a quem estamos, pretensamente, tentando defender? Quando pensamos que toda a África foi “dominada por mais de quinhentos anos” por invasores que nem sequer possuíam armas que permitissem tal empreitada (do ponto de vista bélico, estamos indicando que mosquetões não teriam chance alguma contra arco e flecha, além do fato de que os exércitos, no que hoje nomeamos África, eram infinitamente mais numerosos) não estamos desumanizando homens e mulheres? Mais ainda, não estamos atentando contra toda uma documentação que mostra exatamente o contrário, vez que até os anos 1870 mais de oitenta por cento dos territórios de África eram governados por homens e mulheres nascidos neste continente?

Além disso, estes homens e mulheres se reconhecem pelos muitos tons de pele dos seus corpos? São, portanto, definidos por uma natureza indômita e irredenta, que não permite outro modo de ser que não seja pelo corpo e cor da pele? E mais, afinal de contas, todos em África se reconhecem como iguais, no caso, negros? Ao que parece, isto não possui efetividade, ainda que se possa afirmar haver em algum espaço/território ou país tal percepção, não se deve atribuir uma identidade como esta para todo o continente. A imensa quantidade de línguas, bem como significativo repertório de mitos, que se desdobram em inúmeras práticas e costumes se traduzem em diversas formas de identidade. Logo, imaginar que exista uma única África é de fato passar por cima de toda esta diversidade.

São muitas questões. Pesquisadores brasileiros, ditos africanistas, têm mais perguntas do que respostas. Portanto, o debate e a reflexão são sempre a porta de entrada mais promissora para se pensar na produção de uma história do continente africano de forma mais aprofundada, mais próxima do modo como aqueles homens e mulheres de África se veem, e se viam. Sigamos com as reflexões: há uma cultura ou comida universal no continente africano, nas Américas, ou na Europa? O que há de universal por estas bandas deste lado do Atlântico que se possa reconhecer como genuinamente latino americano? E, no caso de haver tal “coisa”, temos em nosso cotidiano

o uso deste adjetivo pátrio com alguma recorrência? Quanto aos termos “tribo” ou “grupo étnico”, a despeito de em África termos povos que se reconheçam por aspectos que aludam a algum elemento que disponha de liames com determinados mitos, talvez isso não seja o suficiente para atribuir o conceito de “étnico” para formações que passam da casa dos milhões. Então, os portugueses ou suecos constituem grupos étnicos? E no que diz respeito ao conceito de “matriz africana”, largamente utilizado no Brasil, há como indicar que exista algo comum e universal que possa ser definido como uma matriz em África? Ou estamos diante das ideologias que atribuem aos fenômenos e eventos o desejo de modelar o que se vê conforme a vontade, ou o olhar, de quem observa?

Aqui temos, portanto, uma diferença entre os pesquisadores africanistas: alguns que tentam se reger exclusivamente pela ciência e seus métodos e outros que optam por caminhos mesclados, eivados também de juízos de valores e certezas a priori. Um cientista deve questionar, perguntar, duvidar e formular hipóteses. Temos, então, os primeiros passos para compreender o continente africano a partir de sua lógica e sentidos, qual seja, estabelecer os procedimentos para dispor de meios que permitam perceber o tempo histórico, contexto, circunstâncias e minudências diversas. Em África, temos falantes de mais de duas mil línguas, que estão relacionadas a um conjunto de mitos e modos de compreender e entender o mundo e o que nele se encontra. Como, então, podemos achar que os homens e mulheres de África se definem por seus equipamentos biológicos? E por qual razão devemos achar que há uma única identidade para um continente tão complexo e plural como África? As perguntas precisam ser feitas, refeitas e reformuladas tantas vezes.

Ora, um historiador, cientista, deve iniciar suas pesquisas se indagando sobre os repertórios conceituais do qual faz uso. Logo, para a história de um determinado espaço, é fundamental analisar os sentidos, tentar entender as lógicas e modos de como os povos se compreendem. Dessa forma, deve-se estabelecer métodos e criar conceitos que possam traduzir os fenômenos e eventos daqueles povos em suas especificidades. Lanço mão de um exemplo de uso de conceito que pode dificultar a compreensão de um dado fenômeno. Os povos do continente africano construíram unidades centralizadas, que determinada visão historiográfica nomeou como “reino”. Este conceito, que alude a ideia de um espaço governado por um rei, talvez não dê conta das múltiplas experiências e processos que foram constituídos no que hoje nomeamos por África. Os homens e mulheres que viveram e vivem em África construíram diferentes unidades centralizadas com vários tipos de governo. Saliento que em Gana, que existiu entre os séculos IV a XII, tinha como título do soberano o mesmo nome que se atribuía a esta unidade política: Gana. No Mali (século XIII ao XVII), o governante era nomeado por “mansa”. O Ndongo (século XIV ao XVII) era governado pelo Ngola, ao passo que o Congo possuía um

manicongo. Estas unidades centralizadas nunca possuíram algo nomeado como “rei”. Não creio que o uso da categoria “reino”, portanto, seja suficiente para dar conta das experiências históricas dos diferentes tipos de governos que existiram neste continente.

A periodização também é questão fundamental para compreender as experiências e os processos vivenciados por homens e mulheres dispostos em sociedade. Há como entender a história por uma periodização que não possui aderência ao continente, como é o caso do modelo quadripartite (idade antiga, média, moderna e contemporânea)? Em que estes períodos servem para África? Ao que parece, não cabe nesta periodização o longo processo de constituição do tráfico da costa índica, que legou ao mundo a civilização suahili. Esta, por sinal, se traduz em diferentes modos, práticas e costumes, com um rico idioma decorrente do encontro de elementos bantófonos, árabes e hindus. Qual seria o início do tempo contemporâneo em África? Há como tornar universal experiências válidas para alguns povos, a exemplo da queda da Bastilha, que para África pouco ou quase nenhum sentido teve? Eis a questão: entender África a partir de suas experiências, passado e sentidos.

Aqui temos o ponto central da questão. Um historiador que se reconheça como signatário da razão, tributário da ciência, não poderá jamais dispor de uma verdade a priori, como forma de traduzir um evento ou fenômeno. A dúvida rege o pesquisador, que durante a pesquisa se conduz pelas perguntas. Certezas em demasia não ajudam no encontro de respostas. Portanto, se para um militante, qualquer que seja sua causa, as certezas são fundamentais, quando se trata da condução de uma pesquisa há que se ter dúvidas, perguntas. O diálogo e o confronto entre as diferentes visões devem estar sempre presentes na boa pesquisa. As certezas, se é que estas são possíveis, devem ser sempre resultantes do confronto entre a observação e as hipóteses. África tem dinâmicas e lógicas próprias, logo, necessita dispor de um aparato teórico e metodológico que leve em conta suas especificidades. Em síntese, África precisa ser compreendida por si, e não por lógicas e questões exógenas ao continente.

Enfim, este número de Cadernos de África Contemporânea celebra a continuidade de uma caminhada. Oito artigos integram este número que traz novas respostas e outras tantas perguntas ao leitor e a leitora, de maneira que se renovam as pesquisas e os trabalhos.

O artigo intitulado “A História e a Antropologia: encruzilhadas no estudo do “outro” no contexto colonial em África: uma exposição para a compreensão”, de Yuri Manuel Francisco Agostinho, objetiva analisar as questões existentes entre a História e as Ciências Sociais. O autor, através de escrita leve e ao mesmo tempo inteligente, mostra o quanto a Antropologia esteve influenciada por um contexto em que o imperialismo foi também um dos resultados, e de como tudo isto reverberou nos modos e formas como os historiadores compreendiam o tempo e o

espaço. O autor discute sobre algumas das formações centralizadas que existiram na savana, que ele nomeia por “reinos” e tece análises sobre a Antropologia até os dias atuais.

O artigo intitulado “Expansão do tocoísmo em Angola e as relações com a administração colonial (1950-1974)”, de Fernando Hélder Panzo Macaia, discute o tocoísmo e o processo de sua expansão pelo território que é hoje nomeado como Angola. O autor também discute questões sobre a vida de Simão Toco, o líder tocoísta que foi responsável pela criação e difusão deste ramo do cristianismo existente em parte das terras do continente africano. Vale a pena a leitura deste artigo, como forma de entender que muito do que se pensa no Brasil sobre África parece não possuir efetividade alguma.

O artigo intitulado “Ritual de proteção pessoal contra perigos iminentes, feito com a planta chelene, na Matala - sul de Angola”, de autoria de Celestino Maquina Chiquete, discute sobre as interações entre natureza e cultura, aliada aos usos em que tais aspectos estão imbricados. Munido de experiência empírica, complementados por profícua revisão bibliográfica e boas entrevistas, o autor nos mostra como rituais alusivos à uma planta são retirados de seu contexto e ressignificados em outras funções, ganhando novos sentidos. Aqui temos o ser humano em sua maior acepção, qual seja, a de criador de cultura. Chelene, planta usada em determinados rituais, é agora aproveitada como mecanismo de proteção para os que praticam atos ilícitos. Vale a pena a leitura deste excelente artigo.

O artigo intitulado “As raízes da globalização para um desenvolvimento reverso em África: o terrorismo e seus efeitos em Cabo Delgado – Moçambique”, de autoria de Fidel Terenciano e Zito Pedro, tomam como questão as relações existentes entre a globalização, seus problemas de âmbito político e econômico, e de como isto deu origem ao que hoje se conhece como insurgência na parte norte de Moçambique. Os autores, a partir dos dados recolhidos pelo próprio governo, confrontados por profícua revisão bibliográfica, sugerem que os problemas existentes atualmente em Cabo Delgado não constituem simples resultados de um processo de radicalização religiosa. Aliás, os autores tomam o caminho de que a insurgência é alimentada por decisões erradas e que poderiam ser evitadas. Uma excelente discussão é levada a cabo por quem reside e pesquisa sobre o espaço em que ocorre a insurgência em questão.

O artigo intitulado “Os kuvale no século XX: resistência e genocídio”, de José Mateus Catotala, tem como objeto de análise os kuvale, um dos muitos povos existentes na parte sul angolana e que ainda hoje serve de inspiração para aqueles que os viam como resistentes e anticolonialistas. O autor, munido de revisão bibliográfica e análise documental, mostra como este povo sobreviveu às investidas do colonialismo português, e como quase foram extintos no processo de repressão ao modo de vida livre que possuíam. O presente artigo também serve como meio para compreender que os sentidos de fronteira e espaço não constituem algo simples,

como muitos imaginam. Uma ótima opção para quem deseja aprender mais sobre o sul de Angola.

O artigo intitulado “Representação política e sistema eleitoral nos PALOP’s”, de autoria de Reginaldo Ngola dos Santos Brinco, traz reflexões sobre os modos como são escolhidos os representantes políticos nos países africanos de língua oficial portuguesa. A análise dos sistemas eleitorais, a partir da documentação existente sobre estas e do confronto com revisão bibliográfica específica sobre o tema, permitiu ao autor indicar os contornos e formatos dos regimes políticos de cada um dos países africanos de língua portuguesa. Aqui temos uma excelente possibilidade de aprender um pouco mais sobre os modos como as eleições e os regimes são dispostos nestes países.

O artigo intitulado “A independência de Angola e os contextos das negociações com os colonizadores”, de Xavier Hossi Cahombo Mário, objetivou analisar o processo de independência de Angola a partir de densa revisão bibliográfica e análise documental. Tal acontecimento traz consigo vários aspectos de extrema complexidade e que necessitam dispor de minudente estudo como forma de se compreender as especificidades que integram o processo. A independência de Angola pode ser entendida sem que se leve em conta as disputas entre as duas potências que lutavam entre si durante o período da Guerra Fria? E o Acordo de Alvor possui alguma relação com as negociações destas potências e Portugal? Eis algumas questões levantadas pelo autor. O artigo em questão merece leitura acurada e atenta!

E, por fim, o artigo intitulado “Interpretação da visão epistemológica sobre a operação historiográfica de Michel de Certeau”, de autoria de Roberto Momade Preto, apresenta uma análise sobre o modo como o renomado historiador e intelectual de primeira grandeza compreendia as etapas de análise e o trabalho daqueles e daquelas que possuem o tempo e o espaço como objeto de trabalho. O autor nos brinda com uma interessante perspectiva de entendimento da maneira como Michel de Certeau compreendia os eventos e fenômenos, sob a luz da história. Tal exercício, no dizer do autor, serviu para que ele pudesse melhor intervir em sua pesquisa na região do Niassa, em Moçambique.

Enfim, mais um número de Cadernos de África Contemporânea, apresentando muitos esforços que se traduzem em infinitos neurônios queimados, tudo para que vocês, estimado leitor e querida leitora, possam se apropriar de novos artigos para servir de inspiração para outras pesquisas, reverberando no ciclo que se retroalimenta e se renova em um contínuo que torna a ciência viva e pulsante.

A todas e todos uma excelente leitura!

Ivaldo Marciano de França Lima